



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 18 | N.º. 34 | Jan./Jun. de 2026

Paulo Daniel Cracel Silva

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

ps14@edu.ulisboa.pt

A GRIPE EM DISCURSO: narrativas e representações da epidemia de 1918–1919 no jornal «A Capital».

RESUMO

O artigo estuda a representação da epidemia de 1918-1919 pelo jornal «A Capital», através da articulação da crítica à política, da linguagem moral e do seu simbolismo, desempenhando um papel ativo na formação da opinião pública.

Palavras-chave: Gripe pneumónica; Gripe espanhola; Representações discursivas; República Portuguesa; Imprensa.

ABSTRACT

The article examines the representation of the 1918–1919 epidemic by the newspaper A Capital, through the articulation of political criticism, moral language, and symbolism, playing an active role in shaping public opinion.

Keywords: Pneumonic influenza; Spanish flu; Discursive representations; First Portuguese Republic; Press.

Introdução

O estudo sobre a pandemia de 1918-1919 em Portugal oferece um ponto de vista único na análise das interseções gizadas entre medicina, política e sociedade. O acontecimento ultrapassou a fronteira de um evento puramente biológico, funcionando como um catalisador para a enunciação e explicitação de ansiedades, conflitos e da transformação da esfera pública. Em Portugal, a gripe chegou num momento de especial instabilidade política e social, caracterizado pela enorme fragilidade económica e pela desilusão generalizada quanto à classe política.

A I República Portuguesa foi marcada por um grave e reiterado clima de instabilidade política e de dificuldades sociais. Entre 1910 e 1926 – ano da instauração da Ditadura Militar – existiram sete eleições gerais para o parlamento, oito para a presidência da República e quarenta e cinco ministérios, representando o ponto culminante de um movimento de instabilidade que havia começado na monarquia constitucional (Marques, s.d., p. 147). Do ponto de vista social, o proletariado sobrevivia em condições de extrema adversidade, contabilizando-se, em 1911, mais de 122 mil indivíduos em estado de indigência, “presumivelmente num estado de despojamento material bastante acentuado e sobrevivendo à custa de instituições” (Pereira, 2011, p. 87), num contexto que se degradou com o eclodir da I Guerra Mundial. O pós-guerra, pese embora a contínua vinculação aos valores e ideário republicanos, inaugurará um período especialmente desastroso para a economia portuguesa, com uma desvalorização de 400% da moeda nacional, o aumento da dívida pública e a progressiva estagnação do comércio (Wheeler, 1978, p. 200).

Será neste contexto problemático que o diário «A Capital» emergirá com um papel de dupla ação narrativa: cronista e construtor. A escolha deste jornal enquanto fonte encontra-se justificada pela sua presença constante no espaço mediático, o seu tom político, embora não politizado, e pela relevância que assumirá durante um período de restrita liberdade de imprensa. Apesar de abolida em 1910, a censura continuou a marcar a vida do jornalismo português durante a Grande Guerra e o seu período imediatamente posterior, extravasando os limites legais da sua aplicação, censurando-se “notícias sobre tentativas revolucionárias, greves ou mesmo sobre a situação política em Espanha ou na Alemanha”

(Carvalho, 1973, p. 30). Ainda assim, apesar do aparato de condicionamento, a imprensa portuguesa brotou, como demonstra A. H. Marques:

“Em 1917, havia em Portugal (Continente e Ilhas) 414 periódicos, ou seja, um por 14 396 pessoas. Este número foi subindo até 1923, ano em que se registaram 532 publicações periódicas (1 para cada 11 340 habitantes). Baixou depois, recenseando-se, ao tempo do 28 de Maio, 487 periódicos, isto é, 1 para cada 12 383 pessoas. Predominavam as folhas políticas (191 em 1917, 204 em 1923, 167 em 1926) mas não havia falta de jornais de cultura e até de alguns bons jornais noticiosos. Tinham vasta circulação por todo o país, não obstante o número de analfabetos. Em pequenas vilas e aldeias, era frequente ler-se o jornal em voz alta perante uma assistência heterogênea de povo, que ouvia e comentava.” (Marques, s.d., pp. 114-115).

«A Capital» emerge como diário de referência, representando esta paisagem jornalística vibrante, ainda que demonstre preocupações sociais próprias e que se tornarão particularmente distintivas neste jornal. Do ponto de vista noticioso, a cobertura extensiva da guerra toma especial peso na sua reta final, nomeadamente a partir de outubro de 1918, período no qual este noticiário ocupou cerca de metade do espaço disponível. Estes espaços contarão com uma apresentação mista de colunas, crónicas e notícias avulsas, combinando em forte esquema de associação com o tema da assistência aos sobreviventes da guerra – num sentido lato, i. e., relativamente à assistência aos próprios combatentes ou às suas famílias. Este tema desdobrou-se das notícias avulsas para a criação de uma coluna própria em janeiro de 1919, com o nome “Mutilados da Guerra”, constituindo-se como um espaço dedicado aos donativos e subscrições públicas, acrescentando-se depois a coluna “Ouvindo os mutilados da guerra”, uma peça onde o título é autoexplicativo quanto ao seu conteúdo. A constante inquietação pelos mutilados de guerra e pela sua assistência (social e médica) é um marcador distintivo e evidente d’«A Capital».

Perante as características evidenciadas pelo diário, este artigo analisa como o jornal «A Capital», de base lisboeta, construiu e enquadró o universo discursivo quanto à denominada “gripe espanhola”, desde os primeiros casos na primavera de 1918 até à sua conclusão. Descartando um foco definitivo nos dados médicos e epidemiológicos, «A Capital» criou uma narrativa complexa – por vezes alarmista, por vezes desdenhosa – na qual a gripe se tornou num veículo para o debate sobre autoridade, moralidade e modernidade. A nossa abordagem assentará em três eixos de análise. Primeiro, investigaremos as estratégias

discursivas quanto à nomeação, imaginação e metaconstrução da doença. Num segundo momento, analisaremos as ligações entre saúde pública e discurso político, em especial no que concerne à atribuição de culpabilidade, responsabilidade, governança e sobre como estas foram negociadas nas páginas do jornal. Por último, exploraremos como foi representada a epidemia enquanto fenómeno social, na disrupção da rotina diária, na exposição de iniquidades sociais e na capacidade de resposta governamental.

Esta investigação encontra-se fundada exclusivamente na pesquisa direta das edições diárias d'«A Capital» entre os anos de 1918 e 1919. Ao adotar uma leitura qualitativa e crítica desta fonte, privilegiamos o papel que os jornais desempenham no estudo da história, relevando a sua capacidade única enquanto veículo de modelação das perceções públicas e das respostas sociais a eventos de grande dimensão. Em última análise, este estudo contribui para um entendimento alargado sobre como as narrativas da doença são construídas e propagadas em tempos de crise, não funcionando somente como um elemento reflexivo da realidade, mas tomando um papel ativo no seu redesenho. A definição do escopo cronológico do estudo reflete a duração do evento epidemiológico, merecendo a nossa atenção, neste momento inicial, esta breve citação explicativa quanto aos movimentos desta epidemia:

“A gripe atacou em três vagas. A primeira destas ocorreu em Março e Abril de 1918. Independentemente da sua origem – no centro dos Estados Unidos ou na Frente Ocidental –, o vírus propagou-se rapidamente através da Europa devastada pela guerra, alastrando à África do Norte e à Ásia, e alcançando a Austrália em Julho. As taxas de mortalidade foram relativamente baixas, de modo que a epidemia pouco se distinguia de um surto particularmente violento de gripe sazonal. A segunda vaga surgiu em Agosto com uma ferocidade assustadora, revelando-se altamente mortífera. Disseminou-se com grande rapidez, transportada por navios e comboios e viajando ao longo das redes viárias, propagando-se sobretudo nos locais onde havia grandes concentrações de pessoas. (...) Só os locais mais isolados do planeta – como, por exemplo, a remota colónia insular de Santa Helena, que não era visitada por navios – puderam escapar à pandemia mortífera. A terceira vaga, que se fez sentir nos inícios de 1919, foi menos virulenta, talvez porque a exposição aos dois surtos anteriores tenha conferido à população um certo grau de imunidade” (Killingray, 2009, pp. 45-46).

Foram consultadas todas as edições d'«A Capital» entre 1918 e 1919, sem qualquer seleção prévia. Num primeiro momento, o único critério de delimitação do *corpus* jornalístico foi a referência, sob qualquer forma, à doença. A análise foi exaustiva e integral, resultando numa maior concentração de unidades de análise

entre os meses de maio e julho de 1918 e nos meses de outono desse ano, estendendo-se para os primeiros meses de 1919. A seleção de peças seguiu critérios qualitativos, privilegiando excertos de relevância histórica e discursiva para a construção da narrativa sobre a epidemia, com especial atenção quanto à nomeação da doença, enquadramentos metafóricos, crítica política e descrições dos efeitos sociais da doença. Não foram definidos espaços restritos quanto à natureza do texto. Assim, foram incluídos textos provenientes de editoriais, artigos noticiosos, notas informativas, mas também publicidade – especializada (farmácias e afins) ou de natureza geral (comércio genérico).

Em termos conceptuais, “Discurso” é entendido neste estudo como o conjunto de práticas narrativas e linguísticas através das quais a experiência social e epidémica é tornada inteligível, incluindo processos de nomeação, enquadramento e priorização da informação. Por “Representação” designa-se a forma como a imprensa constrói interpretações socialmente situadas da realidade, mediando a percepção pública da epidemia, através de escolhas lexicais, metáforas e de estratégias de interpretação. A análise destes conceitos foi realizada de forma operacional, identificando como diferentes formas discursivas contribuem para a produção de significância quanto à doença, à autoridade política, à vida social e ao contexto de crise.

O impacto deste evento epidémico na sociedade portuguesa não pode ser desmerecido, apesar de ressaltarmos que a “pneumónica permaneceu na sombra da Grande Guerra e, apesar dos seus impactos demográficos, sociais e económicos, foi sendo esquecida.” (Silva, Pereira & Bandeira, 2019, p. 08). Nesse sentido, formulamos a nossa questão-problema: como foi construída discursivamente a epidemia de gripe de 1918–1919 em Portugal pelo jornal «A Capital» e de que modo essa representação articulou doença, moralidade, crítica política e vida urbana?

Nomeando e imaginando a doença: representações discursivas n’«A Capital»

Desde os seus primeiros noticiários, «A Capital» apresentou incerteza e instabilidade quanto à forma de nomeação da epidemia, “erroneamente conhecida como «gripe espanhola», devido às notícias publicadas na Imprensa daquele país – cuja neutralidade durante a Primeira Guerra Mundial isentou os jornais de

censura” (Silva, Pereira & Bandeira, 2019, p. 07). Termos como “male misterioso” (próprio dos primeiros estágios de implantação da doença), “grippe espanhola”, “grippe infecciosa”, “influenza pneumonica”, “grippe pneumonica”, e “epidemia reinante” surgiram utilizados de forma livre e cambiável, por vezes dentro da mesma edição. O emprego desta variedade lexical reflete não só a ambiguidade científica que rodeou o evento, mas também a tentativa do jornal de dramatizar e domesticar a ameaça face aos seus leitores. Esta domesticação surgiu num momento de maior preponderância de casos em solo português, assistindo-se ao abandono do termo modal “grippe espanhola”, para os demais epítetos já referidos. A utilização de linguagem metafórica tornou-se, em igual medida, um mecanismo de formação da percepção pública. A doença foi representada como uma força invasora – “flagelo”, “peste” ou “inimigo invisível” – sendo descrita como um assassino arbitrário, capaz de matar “os robustos e os débeis, os ricos e os miseráveis. Não escolhe. Não tem a mania da superioridade social”¹, próprio de um mecanismo retórico que universalizou o perigo e esbateu as iniquidades estruturais da sociedade portuguesa coeva. Noutros momentos assistir-se-á ao ênfase na inconstância da gripe, apresentando-a como uma força misteriosa ou sobrenatural que iludia e ultrapassava o pensamento racional.

O tom da reportagem evoluiu de forma significativa com o passar do tempo. Nos primeiros noticiários – entre maio e junho de 1918 – a doença foi tratada com um misto de curiosidade e exotismo, frequentemente enquadrada com atualizações da situação em Espanha. No verão², com a epidemia “alastrando por todo o país”, assistia-se à normalização das infeções, da doença e do seu noticiário, perante o aparente carácter “benigno” da doença – especialmente quando comparado o perfil moderado desta enfermidade com pandemias anteriores e surtos originários do estrangeiro. No entanto, este registo oscilou com um sentimento de alarmismo à medida que a epidemia chegava ao pico de outono. Nesse momento, os artigos alternaram entre o detalhe das infeções em massa em eventos e recintos públicos, e a glorificação das metáforas de contaminação, decadência e desordem moral.

O discurso médico foi utilizado em larga medida, mas frequentemente em termos contraditórios e desconexos. As autoridades científicas, incluindo o Dr.

¹ A *Capital*, 08 de outubro de 1918, n.º 2921, p. 1.

² A *Capital*, 14 de junho de 1918, n.º 2806, p. 2.

Ricardo Jorge³ e bacteriologistas espanhóis, foram citadas, mas as suas declarações eram frequentemente diluídas em episódios cómico-trágicos, especulação e, até interesses comerciais. Neste sentido, notamos que apesar da crítica à automedicação e do perigo dos “remédios empíricos” ser um tema recorrente nas páginas d’«A Capital», é possível localizar com relativa facilidade a existência de vários espaços publicitários promovendo supostos tratamentos miraculosos, como a lacto-albumina e inalações de essências. Estes produtos surgiram publicitados como medida profilática e de tratamento, contribuindo decisivamente para o esbatimento da linha entre ciência, comércio e crença. A sua presença num diário respeitado e de grande tiragem contribuiu para uma percepção incremental de incerteza, considerando que em 1918-1919 a imprensa destacava-se como meio conferidor de significado aos grandes eventos sociais e políticos. O caso da lacto-albumina é especialmente ilustrativo, uma vez que na sua edição de 14 de junho⁴, «A Capital» reporta sobre o “grande mal que tem causado o fermento lactico, e a lacto-albumina” em Espanha – o barómetro precursor da doença em Portugal –, para, no dia 29⁵, acentuar as “incontestáveis vantagens obtidas com o emprego da lacto-albumina, não só como preventivo, mas na cura da gripe infecciosa”.

Em face do exposto, «A Capital» não se assume como um mero meio de reportagem da epidemia, mas também como participante ativo na construção do peso simbólico desta, através da utilização de linguagem metafórica, das suas contradições e da flutuação lexical. Recorrendo a estes mecanismos, o jornal ajudou a redesenhar o imaginário social no qual a gripe era ao mesmo tempo banal e terrível, local e global, científica e moral.

Culpa, governança e saúde pública: usos políticos da epidemia

À medida em que a epidemia aumentava o seu carácter devastador, «A Capital» abandonou a sua posição apolítica, mediante o exame e a explicitação de

³ “Ricardo Jorge, o muito conceituado médico da saúde pública – higienista, como então se dizia – que exerceu diversos cargos na administração da saúde e detinha uma apreciável influência política, ganhou notoriedade depois de ter ocupado o lugar de médico municipal no Porto e, nessa qualidade, ter ajudado a combater, em 1899, conjuntamente com Câmara Pestana, a peste bubónica que a partir de julho daquele ano assolou a cidade do Porto (Jorge 1899).” (Pereira, 2019, p. 57).

⁴ *A Capital*, 14 de junho de 1918, n.º 2806, p. 3.

⁵ *A Capital*, 29 de junho de 1918, n.º 2821, p. 2.

questões relativas à eficiência e preparação, bem como às prioridades das autoridades de saúde pública portuguesas. As críticas à Direcção Geral de Saúde intensificaram-se, frequentemente enquadradas em ataques mais amplos à inércia institucional do(s) Governo(s). Enquanto a estrutura de assistência resvalava para um estado de assoberbamento e os relatórios de contágio em massa se acumulavam, peças jornalísticas acusavam as autoridades de inação, enquanto “assistem à tragédia de braços cruzados”⁶, redobrando este tom acusatório à medida que se somavam vítimas, referindo em retrospectiva que as instituições de saúde pública portuguesas “contentavam-se com estudar esse «micróbio»”⁷ enquanto este grassava pelo país. Tais críticas, embebidas num enquadramento de crise, não são corroboradas por João Frada, referindo que a “comunidade médica, naturalmente mais atenta aos problemas de saúde pública, nos primeiros meses de 1918 esforça-se por alertar as autoridades para o estabelecimento das estratégias urgentes e necessárias à contenção e prevenção dos diversos surtos epidémicos já noticiados em outras áreas do país” (Frada, 2005, p. 78), esclarecendo, no entanto, que a “primeira «digressão» da gripe ocorre entre Maio e finais de Julho de 1918. Todavia, porque nessa fase a epidemia se revela falsamente benigna, muito pouco se faz no sentido de atalhar e remediar as graves carências no domínio higiénico-sanitário e em outros sectores de interesse” (Frada, 2005, p. 79).

Esta estratégia acusatória não se conteve numa aceção meramente retórica ou abstrata. As denúncias eram acompanhadas pela demonstração rotineira da escala alargada de sofrimento sentido pelas populações, acentuada pelas limitações das autoridades e das suas intervenções extemporâneas. Em alguns casos, «A Capital» reconheceu esforços individuais, como no caso do Dr. Azevedo Neves, sem deixar de notar que estes esforços eram insuficientes perante o fracasso sistemático do Estado em antecipar e/ou conter a epidemia, acusação especialmente agravada pelas notícias atempadas que surgiram do país vizinho e que poderiam permitir uma preparação concertada por parte das autoridades portuguesas. A ideia de que “metade de Lisboa se encontra afetada”⁸ tornou-se

⁶ *A Capital*, 23 de setembro de 1918, n.º 2907, p. 1.

⁷ *A Capital*, 06 de outubro de 1918, n.º 2919, p. 1.

⁸ *A Capital*, 06 de outubro de 1918, n.º 2919, p. 1.

num lugar-comum simbólico, utilizado para ilustrar a magnitude da negligência governamental.

As medidas de saúde pública também foram alvo de escrutínio. O jornal noticiou as decisões de encerrar teatros, cinemas, escolas e eventos religiosos e sociais, sempre lamentando o quão tardiamente chegaram. Apelos a uma ação concertada e assertiva eram frequentes, fundadas na abertura de hospitais de emergência, no controlo eficaz dos preços dos fármacos, no acesso a medicação sem custos para os pobres e na desinfecção de locais contaminados. Num editorial particularmente incisivo, foi exigida a transformação e a utilização de veículos militares para o transporte de doentes, lastimando a ausência de um sistema organizado para a mobilidade médica urbana.

Complementariamente, «A Capital» criticou aquilo que caracterizou como o distanciamento governamental das realidades locais, clamando pela criação de comissões de auxílio local – ao nível dos bairros –, arguindo que estas estruturas descentralizadas seriam capazes de uma resposta mais eficaz e socialmente próxima que as grandes estruturas públicas. Neste sentido, foi noticiado o apoio do Presidente da República à formação destas comissões, relevando uma mudança para uma política de proximidade quando a estrutura governamental falhou.

As interseções entre saúde e política também se tornaram evidentes na forma como «A Capital» tratou o discurso médico. Apesar de citar frequentemente figuras respeitadas, como o Dr. Ricardo Jorge, amplificou paralelamente as vozes que colocavam em questão a atuação de tais figuras. A opinião científica encontrava-se fortemente influenciada para servir objetivos retóricos e políticos, designadamente nas críticas à salubridade das cidades, às falhas na distribuição de água e à ausência de sistemas de esgotos – fatores importantes na propagação da doença. Paradoxalmente, «A Capital», um jornal assumidamente militante dos ideais republicanos, contribuiu para a reflexão quanto à legitimidade do projeto republicano. Apesar do diário não clamar pela mudança de regime, muito pelo contrário – como se verificou nos primeiros meses do ano de 1919, quando ocorreu a sublevação da «Monarquia do Norte» –, o seu discurso incisivo e persistente de acentuação do fracasso governamental contribuiu para a erosão das instituições, fortalecendo uma narrativa transversal quanto à fadiga do regime e da desilusão

popular, sentimentos que ecoaram na crescente crise da I República Portuguesa com o passar dos anos.

Contágio e vida quotidiana: o impacto social urbano

Uma das dimensões mais poderosas da cobertura noticiosa d'«A Capital» foi o retrato do impacto da epidemia na vida quotidiana. Ao contrário dos documentos médicos e governamentais, a linguagem do jornal capturou a desintegração da normalidade urbana, oferecendo uma janela para os acontecimentos em tempo real. As descrições das ruas desertas, do comércio estagnado, dos hospitais sobrelotados, das morgues improvisadas e do silêncio nas escolas e nos teatros encerrados forneceu a construção de imagens que não se situam no campo do observável, tratando-se de visões que fazem parte de um esforço retórico abrangente, embebido na ideia do colapso social por via dos efeitos da epidemia. O estado calamitoso das morgues em Lisboa era já bem conhecido desde há vários anos. O relato de Brito Camacho, figura de referência no panorama republicano português, do ambiente vivido nestas instituições é elucidativo ao afirmar que “nenhum desinfetante ali se emprega no intuito de tornar aquela atmosfera respirável.” (Camacho, s.d., p. 40). Mas o eminente político confere um carácter notadamente cru à situação insalubre do espaço ao reportar uma visita na primeira pessoa a uma morgue, ainda em 1908:

“Mais adiante, numa casa de pequenas dimensões, pobre de luz, havia cadáveres nus, estendidos no chão, uns por cima dos outros, repugnantes ao olfacto, pelo cheiro que exalavam, e repugnantes à vista, pelas manchas verdes que lhes zebavam a pele, em retalhos de grandes dimensões. Por cima dêsses cadáveres, barras de gelo, fundindo lentamente, de maneira que no chão empoçava um líquido espesso e mal cheiroso, em que era forçoso molhar as botas para não pisar os cadáveres. Numa outra casa, anexa ao anfiteatro, caixas de madeira, forradas de zinco, e, dentro dessas caixas, cadáveres empilhados, uns nus, outros vestidos, aguardando a vez de serem levados para o cemitério.” (Camacho, s.d., pp. 40-41).

Foi atribuída especial atenção a determinados espaços e grupos sociais. Companhias de teatro, mormente o Teatro da Trindade, foram mencionados repetidamente, incluindo listas de atores, técnicos e coristas acometidos pela doença. Locais como bancos e fábricas também foram destacados, em conjunto com serviços públicos. Não passou despercebido ao jornal que certos ministérios e

demais instituições públicas se encontravam a funcionar com o pessoal mínimo, sem, no entanto, deixar de precaver o risco que eram os serviços públicos, denominados de “centros de contágio”.

Ainda que os “perfis de mortalidade de todas as regiões do mundo mostram um acentuado aumento de mortes entre os homens jovens em idade activa, ou seja, precisamente o grupo etário do qual se esperaria uma maior resistência à doença” (Killingray, 2009, p. 49), as mulheres e as crianças eram frequentemente utilizadas como a base da construção narrativa d’«A Capital», especialmente no contexto de pobreza. Uma peça especialmente mordaz versava sobre a descrição de mães e viúvas, “em trapos”, procurando por comida nos caixotes do lixo, acompanhadas por crianças descalças. Será de ressaltar que a crise social portuguesa resultava, em grande parte, da diminuta capacidade de abastecimento, uma vez que só existia capacidade “de transportar apenas 1/10 dos fretes necessários ao abastecimento nacional, e de uma economia dependente do exterior para se alimentar e para ter energia e matérias-primas” (Pires, 2011, p. 323).

A construção destas imagens de desespero encontrava-se justaposta com apelos ao dever civil e de higiene, reforçando a ideia segundo a qual a epidemia havia exposto e intensificado as iniquidades existentes no tecido urbano. O diário interligou a epidemia com um sentido de moral e de desordem social, condenando a “passividade civil” daqueles que ignoravam as recomendações de higiene, que regressavam ao trabalho atempadamente depois da infeção ou daqueles que negligenciaram o isolamento. O tom moralizante reflete um desejo de não se situar somente na informação sobre a crise, mas também na intervenção na formação de um comportamento através da vergonha, responsabilização e apelos à disciplina coletiva. A higiene urbana tornou-se num tema central, onde artigos clamavam por desinfecções de transportes públicos, escolas, mercados e, especialmente, dos bairros da classe operária. Em Lisboa e no Porto, os dois centros urbanos portugueses por excelência, viveu-se uma amálgama de gente “em bairros sem o mínimo de condições higiénicas e acaba por desencadear a natural ruptura urbanística, habitacional, sanitária e até laboral nesses locais.” (Frada, 2005, p. 19).

As críticas às autoridades municipais lisboetas eram acutilantes, reportando águas estagnadas, lixo nas ruas e a presença de enxames de moscas e mosquitos, tornando-se, assim, a epidemia numa ameaça biológica natural a par de um sintoma de negligência urbana. No devastador pico do outono, o jornal clamou por “socorros imediatos”, reclamando também por “responsabilidades históricas”⁹.

O acesso à saúde foi um dos demais focos. A escassez de médicos, definida como aguda, tinha especial importância nas zonas periféricas e nos meios rurais. «A Capital» advogava por medidas como o empenho de estudantes de medicina prestes a terminar os seus cursos no campo “de batalha”, argumento invocativo de um discurso de emergência nacional. As farmácias foram acusadas de especulação nos preços, com fracos abastecimentos de compostos básicos como quinina, brometos e açúcar – essencial para xaropes. As lógicas comerciais da saúde, i.e., a sua mercantilização na crise, foram abertamente condenadas, pese embora o estado de espírito popular de resignação à doença, onde na “maior parte das vezes nem chamam médico, porque já sabem que a doença os há-de matar e, no seu fatalismo auxiliado pelas necessidades económicas, pensam que, ‘morrer por morrer, mais vale não gastar em médico e farmácia’.” (Frada, 2005, p. 76).

Ainda assim, os serviços de saúde públicos começaram a ceder perante a pressão. Hospitais como São José encontravam-se acima da capacidade e foram criadas alas improvisadas em edifícios como o Convento das Trinas do Mocambo ou em quartéis de bombeiros. Do mesmo modo, também os serviços funerários se encontravam assoberbados e fragilizados na sua capacidade de resposta, situação que provocou a disrupção dos serviços fúnebres – religiosos ou civis – e foram reportados casos de corpos que ficaram por recolher e tratar devido ao elevado número de mortes. Importa notar que a política de assistência da I República encontrava-se fundada no sistema operacional da Santa Casa da Misericórdia, como Daniela dos Santos Silva demonstrou no seu estudo de 2015. Este era o sistema de segurança social que operava já em 1910, aquando da implantação da República, e que funcionava de forma generalizada no país, muitas vezes atuando de forma isolada de outras instituições públicas. As suas atividades e funcionamento

⁹ A *Capital*, 23 de outubro de 1918, n.º 2936, p. 2.

interno era supervisionado pelas autoridades civis, que aprovavam o seu orçamento e estatutos (Silva, 2015, p. 245). Apesar da tentativa de modernização da rede de apoio social por parte do novo regime, a ausência de planos concretos, para além da Lei de 1911 – que se ocupou de parte do problema social – redundou na permanência do *status quo*. Apesar de tudo, “em 1919, a mortalidade gripal baixa drasticamente, no entanto, só em 1921 vem a atingir valores idênticos aos de 1917” (Frada, 2005, p. 103), sem, porém, ressalvamos que “o surto de gripe de 1918-1919 foi o mais mortífero jamais registado” (Killingray, 2009, p. 44).

Deste modo, notamos que a epidemia não se caracterizou somente pela emergência médica, era considerada uma rutura com o tempo passado. Através da sua agenda noticiosa, carregada de densidade e emoção, «A Capital» documentou uma Lisboa em crise, revelando a fragilidade da vida moderna quando confrontada com uma ameaça microscópica, embora sistémica e devastadora.

Conclusão

A construção do universo jornalístico, tal como nos é apresentada nas páginas de «A Capital», revela até que ponto a doença ultrapassou a sua fronteira biológica, configurando-se como uma dimensão de fenómeno social. Nesse sentido, esta análise transporta-nos para o imaginário lisboeta e sobre como foi produzido significado em redor da epidemia através da oscilação entre alarmismo e segurança, entre interjeições morais e acusações políticas. Ao fazê-lo, o diário funcionou não só como um cronista dos acontecimentos, mas também como um ator na formação das percepções públicas, do comportamento social e da responsabilidade política.

As representações discursivas da doença – na mudança terminológica e nos enquadramentos metafóricos – expõem um confronto linguístico para denominar e entender uma crise que ultrapassava as categorias jornalísticas coevas. A navegação na incerteza também teve como efeito o reforço de interpretações de risco e de responsabilidade.

Ao nível político, «A Capital» usou a epidemia como uma lupa sobre a qual submeteu o poder político à sua avaliação, criticando o aparente fracasso do(s) governo(s), especialmente pela resposta atrasada e insuficiente por parte das autoridades de saúde pública. Os apelos a reformas estruturais, assistência

descentralizada e a uma liderança eficaz coexistiram com convocações ao sentido cívico das populações e à ajuda dos especialistas científicos. A retórica do jornal espelhou as tensões emergentes entre uma anunciada modernidade republicana e a experiência quotidiana frequentemente fragmentada e caótica.

Por último, a representação desta vida quotidiana durante a epidemia evidenciou a fragilidade do tecido urbano. O colapso das instituições, o sofrimento dos grupos marginalizados e a ausência de uma infraestrutura eficiente foram relatados com impacto e emoção. Através destas construções, «A Capital» ofereceu mais do que noticiário, forneceu um comentário moral e social aos limites do poder do Estado, às vulnerabilidades da vida moderna e à necessidade de resiliência societal.

Enquanto principal contribuição, este estudo demonstra como um jornal funciona não só como fonte de informação, mas também enquanto um espaço de produção de significados sociais, políticos e morais num contexto de doença generalizada. O caso d'«A Capital» permite-nos compreender o papel dos jornais portugueses no contexto da I República enquanto agentes interpretativos que articulam múltiplas dimensões da vida social, nomeadamente ciência, política e experiência quotidiana, contribuindo para o enquadramento da perceção pública da crise epidémica.

No entanto, é importante reconhecer as limitações inerentes ao uso de um único jornal como base para uma análise empírica. Apesar da riqueza jornalística que «A Capital» oferece e da sua ampla distribuição no país – razões primordiais para a sua escolha enquanto foco de estudo –, esta análise não permite generalizações quanto ao panorama da imprensa nacional portuguesa da época. Assim, permanecem por explorar os possíveis contrastes com outros jornais, de variação regional ou ideológica, quanto à cobertura da epidemia.

Referências

Fontes primárias

A CAPITAL. Lisboa, Ano de 1918.

A CAPITAL. Lisboa, Ano de 1919.

Bibliografia

CAMACHO, Brito. *Questões Nacionais*. Lisboa: Guimarães & C.^a – Editores, [s.d.].

CARVALHO, Alberto Aarons de. *A censura e as leis da imprensa*. Lisboa: Seara Nova, 1973.

FRADA, João. *A gripe pneumónica em Portugal Continental – 1918. Estudo socioeconómico e epidemiológico*. Lisboa: Sete Caminhos, 2005.

KILLINGRAY, David. *A pandemia de gripe de 1918-1919: causas, evolução e consequências*. In: SOBRAL, José Manuel, et al. (Org.). *A pandemia esquecida. Olhares comparados sobre a pneumónica 1918-1919*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2009, p. 41-61.

MARQUES, A. H. Oliveira. *A primeira república portuguesa*. Livraria Moraes, [s.d.].

PEREIRA, David. *A sociedade*. In: ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (Coord.). **História da Primeira República Portuguesa**. Lisboa: Tinta da China, 2011, p. 79-92.

PEREIRA, Rui M. *Ricardo Jorge, o mal-amado. A organização dos serviços de saúde militar no quadro da Grande Guerra e da Gripe Pneumónica*. In: SILVA, Helena da; PEREIRA, Rui M.; BANDEIRA, Filomena (Coord.). **Centenário da gripe pneumónica. A pandemia em retrospectiva**. Lisboa: Inspeção Geral das Actividades em Saúde, 2019, p. 55-82.

PIRES, Ana Paula. *A economia de guerra: a frente interna*. In: ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (Coord.). **História da Primeira República Portuguesa**. Lisboa: Tinta da China, 2011, p. 319-347.

SILVA, Daniela dos Santos. *A política assistencial da I República Portuguesa perante um sistema pré-existente*. In: ROLLO, Maria Fernanda e AMARO, António Rafael (Coord.) **República e republicanismo**. Sintra: Caleidoscópio, 2015, p. 245-253.

SILVA, Helena da; PEREIRA, Rui M.; BANDEIRA, Filomena. *Introdução*. In: SILVA, Helena da; PEREIRA, Rui M.; BANDEIRA, Filomena (Coord.). **Centenário da gripe pneumónica. A pandemia em retrospectiva**. Lisboa: Inspeção Geral das Actividades em Saúde, 2019, p. 07-12.

WHEELER, Douglas L. *Republican Portugal: a political history, 1910 – 1926*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1978.